

## PORTARIA CRP-23 Nº 37/2023

Dispõe sobre designação de fiscal de contrato de prestação de serviço para criação e elaboração do Portal Institucional do Conselho Regional de Psicologia do Tocantins 23ª Região - CRP-23/TO.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme Resolução CFP nº 040/2013.

CONSIDERANDO, o ato de deliberação CRP23 nº 001/2016, que dispõe sobre a estrutura organizacional mínima do CRP23, quanto as necessidades essenciais deste Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região;

CONSIDERANDO, a implementação da reformulação estrutural e organizacional do CRP23;

CONSIDERANDO, a Lei Federal nº 8.666/1993 e a Lei Federal nº 14.133/2021, no que tange a execução de contratos;

CONSIDERANDO, que o trabalho está sendo realizado desde março, mas que a responsabilidade direta foi determinada apenas no dia 01 de setembro de 2023 a assessora da diretoria - comunicação<sup>1</sup>, termos da Resolução nº 16 de 15 de junho de 2023;

CONSIDERANDO, os princípios preconizados na carta magna, especialmente aqueles no art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO, a oportunidade, a discricionariedade e a conveniência, da administração pública;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a empregada público Emilly Selvati Coelho, para desempenhar as funções de fiscal de contrato celebrado entre a empresa TecnoPalmas Soluções em T.I. LTDA e o CRP23, quanto a contratação da prestação de serviço de criação e elaboração do Portal Institucional do Conselho Regional de Psicologia do Tocantins 23ª Região - CRP-23/TO, e tudo o que for previsto no serviço e no contrato, sem prejuízo das suas atuais funções.

Art. 2º. São atribuições da Fiscal de contrato:

<sup>1</sup> <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/10/2023/07/RESOLUCAO-N-16-2023.pdf>

- I. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do contrato das cláusulas avençadas;
- II. anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- III. determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicar, através de relatório, ao (a) Gestor (a) do Contrato para ciência e apreciação das providências;
- IV. relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- V. opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência mínima de 120 dias do final da vigência;
- VI. responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;
- VII. atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;
- VIII. observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;
- IX. manifestar-se por escrito, em forma de relatório juntado aos autos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento;
- X. exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93;
- XI. comunicar ao(a) Gestor(a) do Contrato, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade pela contratada;
- XII. anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIII. o Fiscal Suplente atuará como Fiscal do Contrato nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

Art. 3º. Designar (o) (a) Conselheiro Secretário Fabiano Santos de Carvalho Feliciano do Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região, para exercer o encargo de Gestor (a) do Contrato supracitado.

Art. 4º. São atribuições do(a) Gestor(a) do Contrato:

- I. controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- II. verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- III. notificar a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais para que seja regularizado, sob pena de sanções administrativas e outras que forem necessárias;
- IV. zelar para que o início da prestação de serviços/entrega de material e de seu término

- estejam rigorosamente cobertos pela vigência do contrato;
- V. formalizar termo de recusa de recebimento de equipamentos/ materiais que apresentarem defeito durante os testes de conformidade e verificação ou quando as especificações técnicas estiverem diferentes das contidas na proposta ou em desacordo com a amostra apresentada pela empresa;
  - VI. comunicar à autoridade competente eventual atraso na entrega/execução dos serviços e os pedidos de prorrogação de prazo;
  - VII. comunicar formalmente à autoridade competente, irregularidades cometidas pela contratada passíveis de penalidade, na forma do §2º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º. Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria do CRP23, podendo ser revisada pela plenária.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Palmas/TO, 01 de setembro de 2023.

Arivandre Araújo Guimarães Tavares  
Conselheiro Presidente  
CRP-23/466

Ktiúcia de Sousa Sá Nascimento  
Conselheira Tesoureira  
CRP-23/309